

A EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA MOÇAMBICANA

LA EXPERIENCIA REVOLUCIONARIA MOZAMBIQUEÑA

THE MOZAMBICAN REVOLUTIONARY EXPERIENCE

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.51033>

José Luís de Oliveira Cabaço¹

A revista *Germinar* convidou o professor José Luís de Oliveira Cabaço para partilhar com nossas leitoras e nossos leitores suas reflexões acadêmicas sobre a empresa colonial na África assim como suas experiências na Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Sua tese, intitulada **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**, foi premiada pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e publicada em 2009 pela Editora Unesp. Hoje é docente emérito da Universidade Técnica de Moçambique e tem importantes análises sobre o tema divulgadas em livros e artigos.

O Comitê editorial, formado por Jaqueline Botelho (UFF), Márcia Lemos (Uesb) e Muniz Ferreira (UFRRJ) agradece ao professor o aceite do convite e sua valiosa contribuição ao responder com generosidade e rigor analítico às questões apresentadas.

Germinar: O Regime Salazarista estimulou os lusitanos a migrarem para ocupar funções no corpo burocrático do seu Império Ultramarino de modo que, após os anos 30 do século XX, a separação entre os denominados “civilizados” e “indígenas” tornou-se mais intensa e visível. Tal distinção estava balizada pelo evolucionismo francês e justificava a “missão civilizadora” portuguesa. Como você avalia o lugar da antropologia e da educação na empresa colonial em Moçambique?

José Luís de Oliveira Cabaço: É sabido que o processo de invasão territorial e ocupação dos impérios, reinos e comunidades do que os europeus chamaram “ultramar” só ganha significado real a partir da consolidação da Revolução Industrial na Europa. A primeira fase da expansão ficou marcada por lutas pelas rotas marítimas, pelo comércio mediado pela diplomacia ou pelo saque e comércio das riquezas dos territórios contatados e viria a culminar com a mercantilização de seres humanos no nefando tráfico de escravizados. A Conferência de Berlim definiria as áreas de hegemonia dos

diferentes impérios coloniais consagrando o princípio da “ocupação efetiva”. Eram varridos da ordem internacional os chamados “direitos históricos” que as bulas papais reconheciam aos reinos ibéricos. Portugal foi forçado a formular a sua política colonial, intensificando as suas expedições militares de ocupação e iniciando um movimento de incentivo à migração de colonos para os territórios africanos. A escassa presença de portugueses em África favorecera a criação de uma classe social nascente de mestiços e de negros escolarizados que foram respondendo às necessidades do desenvolvimento do capitalismo como intermediários no comércio com o interior da colônia, empregados nos estabelecimentos comerciais e de serviços, trabalhadores nas empresas estatais, funcionários da administração pública e até nos escalões intermédios da polícia e do exército. Esta classe em formação se revelaria uma dificuldade à emigração, em especial no caso de Moçambique. Por isso, foi o governo dessa colônia a tomar a iniciativa, em 1917, de promulgar a chamada “portaria da assimilação” que estabelece, pela primeira vez no império, a distinção entre “não indígenas e indígenas”, em que estes últimos eram simplesmente despojados do estatuto de cidadania. Essa portaria teve por objetivo imediato atingir a importância que mestiços e “europeizados” tinham conquistado na vida econômica e social da colônia e afastá-los das posições que ocupavam de forma a disponibilizar oportunidades e postos de trabalho aliciantes para os colonos vindos de Portugal. O diploma legal gerou ampla controversa e fortes reações por parte das elites africanas, até que o governo central português, em 1927, decidiu legislar sobre a questão tornando o princípio da assimilação extensivo a Angola e à Guiné.

É inegável que os princípios que regem a teoria da assimilação são bebidos da antropologia colonial francesa, mas não se pode falar, em princípios do século XX, de uma antropologia cultural lusitana. Os caminhos da antropologia oficial em Portugal passam pelos estudos e teorização no campo da antropologia física finalizados a uma hierarquização das “raças”. A perspectiva social e cultural é paulatinamente introduzida, de forma empírica, pela observação e anotação de religiosos e administradores, principalmente. As duas linhas dominantes que nortearam, na época, a ideia pretensamente “evolucionista” subjacente à noção de “ação civilizadora”, passavam pela missionarização, a quem foi confiada a educação e em particular o ensino rudimentar para o indígena, e pela teorização, de vaga matriz anglo-saxônica, de que seria pelo trabalho obrigatório que o “indígena” iria paulatinamente incorporando os valores da civilização.

Germinal: Quais elementos do racismo e do lusotropicalismo foram aliados da exploração-dominação capitalista nos países que viveram o processo de colonização portuguesa, a exemplo do Brasil e Moçambique?

José Luís de Oliveira Cabaço: Franz Fanon explicou, ninguém melhor do que ele, a “situação colonial”. Ele falou do maniqueísmo da sociedade, da violência, da exploração, da grande pressão

despersonalizante comandada por administradores e missionários, do processo de alienação psicológica e cultural, do crime ontológico sem paralelo que representou a expansão capitalista entre o século XV e o século XX. Todos esses aspetos da dominação europeia se reconduziam, no plano ideológico, à supremacia racial e à intolerância perante as diferenças.

Quando a sofreguidão do ganho e o espírito de “*gaspillage*” ocorrem em terras estrangeiras, o racismo ganha relevo como ideologia. A aceitação por parte do subjogado da “supremacia” do opressor transforma a comunidade estrangeira de minoria estatística em maioria sociológica. Com o objetivo de reduzir o impacto do desbalanço numérico e de obstar a que o colonizado tome consciência da força que isso representa, o esforço para fomentar e exasperar as diferenças e rivalidades entre os colonizados é um axioma da governação colonialista. O racismo, como o tribalismo, como legitimadores da tutela do invasor, procura apresentar como ordem natural uma hierarquia dos seres humanos fundada na cor da pele e na diversidade cultural.

Brasil e Moçambique, colônias do mesmo império, tiveram percursos históricos bem diferentes. Basta atentar que os atores da emancipação da nação sul-americana foram os descendentes dos colonos enquanto, século e meio mais tarde, a nação africana conquistaria a sua independência após uma década de luta levada a cabo pelos colonizados.

No entanto, poeiras idênticas deixadas pela ocupação estrangeira pairam sobre os dois países; e não me refiro apenas à discriminação racial. Um outro exemplo gritante é o das relações de trabalho cuja colonialidade se manifesta em ambos os países pelo trabalho servil e informal, quando não por situações que se equiparam ao trabalho escravo.

Enquanto houver manifestações de racismo, como constatamos todo o dia, e enquanto coexistirmos com formas de servidão com evidentes analogias com o trabalho escravo, não podemos considerar que o processo de descolonização dos nossos países se completou.

O luso-tropicalismo foi recebido no campo das ciências sociais como interpretação sociológica de um fantomático “mundo que o português criou”. Mas ele é também uma visão político-ideológica da ordem colonial do império, que se revelou um trágico exercício. Entre outros danos, o mito da “democracia racial”, ao formular uma explicação, alimentaria, no Brasil, um clima de leviana tolerância acerca da ignomínia da discriminação e segregação. A ordem social injusta foi de alguma forma naturalizada promovendo a imagem de um Brasil moreno que ocultava a hegemonia da supremacia branca, a opressão dos negros e o genocídio dos povos indígenas.

Em África, as teorias freyrianas abriram portas para o tardo-colonialismo português que se viria a traduzir nas lutas de libertação nacional dos povos subjugados barbaramente reprimida pelo regime de Lisboa. Milhões de vidas foram imoladas à falácia de um mundo harmonioso criado pela “vocaçào lusa para os trópicos”. As implicações políticas fundadas nas premissas falseadas da (ainda hoje) apregoada “especial vocação portuguesa para os trópicos”, exigiriam uma discussão bem mais profunda que não cabe nesta conversa.

Germinar: Uma das críticas a determinadas análises sobre o processo de independência de Moçambique do domínio colonial português refere-se ao fato dessas relegarem aos povos africanos a condição de populações passivas, que apenas observaram a destruição da sua “cultura”. A partir de sua experiência enquanto integrante da Frelimo, como esta população articulou-se efetivamente no movimento de libertação de Moçambique?

José Luís de Oliveira Cabaço: A palavra chave da libertação foi, e é, Unidade. África, é verdade, foi ocupada porque os invasores dispunham de superioridade de armamentos. Mas a causa principal deve ser debitada ao fato de os povos do continente terem oferecido uma resistência fragmentada que, embora heroica, não foi acompanhada por uma estratégia consistente de alianças contra o inimigo comum. Raros foram os casos de povos poderosos que se juntaram para combater os invasores. Em geral, prevaleceram rivalidades antigas que inviabilizaram essas iniciativas.

A administração colonial, qualquer que tenha sido a metrópole, pautou a sua prática política pelo fomento, entre os colonizados, de tradicionais rivalidades (e criação de novas) e pela implacável repressão de todas as tentativas de agregação que alargasse a frente da luta pela liberdade.

Assim, por todo o continente, as palavras de ordem com que o nacionalismo mobilizou os povos eram dominadas pela ideia da unidade na luta. A ideia de Unidade, de tão forte, foi estendida a todo o continente e a primeira organização continental para a luta política contra o colonialismo denominou-se Organização da Unidade Africana.

A Frelimo nasce da fusão, em 1962, de três movimentos nacionalistas. Diversos eram os motivos que conduziam a essa adesão de setores sempre mais vastos da população. Enumero os mais frequentes: raiva contra o colono opressor, desejo de se libertar das culturas obrigatórias, do trabalho compulsório, da tutela repressiva das “leis dos brancos”, vontade de poder aceder aos bens materiais e à qualidade de vida que os estrangeiros ostentavam, recuperar o direito de circulação dentro do seu país, criar espaços para se conciliar com a tradição, eliminar a clandestinidade da interlocução com os antepassados e das próprias práticas espirituais imposta pela pressão da igreja católica, retomar, a vários níveis, o protagonismo da sua História, afirmar plenamente a sua dignidade de seres humanos livres.

Com um mínimo de formação escolar e com acesso à leitura e à informação, sobretudo à radio, a pequena burguesia colonizada (constituída por enfermeiros e professores primários, estudantes, religiosos, funcionários de escalões inferiores, empregados de escritório, operários nas ferrovias ou no escasso parque industrial, etc.) representava a componente mais elaborada do pensamento nacionalista e da consciência política.

Foi com esta heterogeneidade de motivações que a Frelimo se confrontou. Era preciso, segundo o Movimento guerrilheiro, que cada um dos combatentes compreendesse que a sua experiência de sofrimento perante a tirania colonial era análoga à dos seus companheiros de luta e

resultado, não da maldade deste ou daquele colono, mas de um sistema de exploração que oprimia todos, em qualquer ponto do território moçambicano. A consciência da Nação passava através da percepção de que o sofrimento que todos padeciam era idêntico e resultado da mesma estrutura opressiva. Sob as balas do inimigo e nas dificuldades de sobrevivência partilhadas nas matas do interior se desfaziam antigas divergências e incompreensões que o colonialismo cultivara de forma sistemática e programada. Foram esses dois vetores que deram o impulso inicial à grande tarefa de fazer da Frente de Libertação de Moçambique um movimento unido e de dimensão nacional.

No trabalho político interno, foi dada prioridade ao combate às formas de divisionismo que o colonialismo fomentara como o tribalismo, o regionalismo, o racismo. Objetivo difícil foi a ação constante e intransigente pela igualdade de gênero dentro do Movimento, com profundas raízes na vida social das comunidades. Em todas essas lutas setoriais, era explicado como o sistema colonial era o inimigo principal, causa comum da tirania, da discriminação e do sofrimento de todos os moçambicanos colonizados.

Sempre presente esteve a obstinada perseguição de uma unidade de objetivos e motivações, condição primeira do sucesso do processo libertador.

Germinar: A Frelimo, com Samora Machel à frente do governo pós-independência, conseguiu avançar no sentido de construir uma experiência socialista em Moçambique? Você avalia que as políticas implementadas foram capazes de romper radicalmente com a “sociedade colonial”? Quais os limites da revolução moçambicana e quais conteúdos desse processo permanecem como acúmulo no avanço das lutas anticapitalistas e anticolonialistas hoje?

José Luís de Oliveira Cabaço: Eu diria que o projeto de uma sociedade socialista, explicitado depois da conquista da independência, decorreu da trajetória (e do impulso) que a luta de libertação nacional ganhou em particular a partir de 1970 e da correlação de forças que se foi definindo na conjuntura internacional. Tinha terminado, em finais da década de 1960, a confrontação política interna na Frelimo, opondo uma concepção conservadora de nacionalismo, que privilegiava as elites e a formação de uma sociedade de classes, ao projeto de construção de uma ordem social na qual os valores primeiros fossem a igualdade entre os cidadãos e a justiça social, visão que parecia iluminar então a militância “terceiro-mundista”. Não esqueçamos que aqueles foram anos de grande efervescência revolucionária com o crescimento no plano mundial de uma opinião pública sempre mais crítica e hostil ao imperialismo, de que a agressão ao Vietname era o paradigma. Em concomitância, explodiam em quase todos os países desenvolvidos, movimentos de contestação social e política envolvendo amplos setores operários e estudantis. A humilhação do exército dos Estados Unidos da América, derrotado pela primeira vez na sua história, parecia indicar o início de uma definitiva crise do Império.

No outro lado do mundo, na Nicarágua, a vitória da Frente Sandinista anunciava uma nova Cuba no continente americano, onde a resistência às ditaduras militares ganhava novas proporções. África assistia à emergência de lideranças progressistas catalisadas pela radicalização das lutas nas colônias portuguesas e contra os regimes racistas da África Austral. Tudo parecia indicar que a crise do imperialismo estava abrindo caminho para uma alteração da correlação de forças a nível global aumentando o protagonismo das nações periféricas.

Assim não viria a suceder e a jovem república africana, cercada de países com governos de minoria branca, desprovida de quadros técnicos e recursos financeiros, confrontado com problemas políticos internos que tinha dificuldades em resolver e com uma conjuntura econômica global penalizante não teria a capacidade de levar por diante os projetos anunciados.

Como hoje podemos constatar, sob novas roupagens e diferentes narrativas, a estrutura econômica que define uma relação de natureza colonialista nunca foi abalada nos seus fundamentos e ressurgiu, nos anos mais recentes, consolidada e explícita.

No entanto, a efêmera experiência revolucionária moçambicana, como a de outros países africanos, não foi, a meu ver, um esforço inglório. Ela foi mais um exemplo de que um povo pobre da periferia do mundo pode lutar com sucesso pela própria liberdade se unido num ideal e disposto a aceitar sacrifícios. O nome de Samora Machel, morto pela audácia de enfrentar o imperialismo, se inscreve hoje no panteão dos heróis africanos ao lado de Patrice Lumumba, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Felix Moumié, Mehdi Ben Barka, Thomas Sankara, Steve Biko, e tantos outros assassinados pelo imperialismo.

A primeira década das independências de Moçambique e de Angola foi decisiva para a derrota do regime do *apartheid* e para a libertação política do atual Zimbábue e da Namíbia.

A história desses países africanos, dois séculos depois da história das revoluções nacionais na América do Sul, reaviva um ensinamento das revoluções sociais nas diferentes partes do mundo: que uma vanguarda iluminada o deixa de ser quando perde o sentido do coletivo e interrompe o diálogo íntimo com a população. Só essa fusão com o povo permite à elite compreender os anseios prioritários e imediatos das populações e fazer marchar o progresso da revolução. Traíndo essa missão, para usar Fanon, as elites tornam-se vulneráveis à sedução do poder. Com outra formulação, Amílcar Cabral defendia que a pequena burguesia colonizada, a quem a História conferiu a responsabilidade de dirigir o processo da independência nacional, só poderia levar a cabo a sua missão se aceitasse suicidar-se como classe, fundindo-se nas massas populares em luta.

Germinal: Considerando que a violência contra a população negra e indígena se processa de forma camuflada no discurso imperialista, sustentado pelo racismo, como percebe a ação de grupos religiosos, aliados às classes dominantes na contemporaneidade?

José Luís de Oliveira Cabaço: Uma religião representa sempre uma visão do mundo ligada a uma dimensão mística e profética. Ela contém em si um potencial de libertação individual, quando anuncia a “Nova Humanidade”, mas uma estrutura conservadora e uma retórica conformista que a torna frequentemente cúmplice do “establishment”.

No choque colonial a religião exerceu a função vital de procurar dar uma legitimidade ao sistema de exploração, o colonialismo. A “propagação da fé” e “salvação das almas” conduziu a Igreja, até anos recentes, a se tornar um dos principais protagonistas da tentativa de genocídio cultural e da despersonalização dos povos subjugados.

A mensagem religiosa que acompanhou a chegada dos invasores pautou-se sempre pela contradição entre o discurso e a prática. As chamadas missões religiosas cujos enunciados eram impregnados de valores igualitários, generosos e humanitários em breve sancionariam a desigualdade entre os humanos criando a categoria dos “selvagens”, os indígenas e negros das colônias que era “legítimo” escravizar.

Traindo a sua essência, a religião tornou-se o mais insidioso mecanismo de camuflagem do racismo e da violência contidos na prática imperialista ao promover o conformismo e a resignação perante uma “vontade superior”.

Essa tradição de cumplicidade entre religião e política se prolonga até aos nossos dias quando, com dignas, mas raras exceções, a proliferação de seitas e grupos religiosos se transformou em atividade fortemente lucrativa tolerada por poderes políticos e, por vezes, em estreita aliança com o crime organizado. A crescente promiscuidade entre os três centros de poder constitui, na fase presente da conjuntura mundial, o principal fator que sustenta o populismo das classes dominantes predatórias.

Germinal: Vivemos no Brasil o assassinato brutal do jovem congolês, Moïse Kabagambe, que foi espancado até a morte, após pedir o pagamento pelo seu trabalho em um quiosque na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, demonstrando a violência do racismo no Brasil e a ausência de “cordialidade” com o povo negro africano. Quais elementos você considera necessário destacar sobre a política de imigração dos países imperialistas e sua repercussão em países de capitalismo dependente como o Brasil, onde imigrantes como Moïse trabalham em condições análogas à escravidão?

José Luís de Oliveira Cabaço: Eu acho que o trágico incidente é sintoma de um mal bem mais alargado. A globalização é o estágio mais recente de organização do imperialismo, sob a batuta do capital financeiro. De forma muito esquemática posso dizer que o Sistema incentiva uma sempre mais acelerada circulação de bens e capitais e reprime, com quanta força pode, a movimentação de pessoas. Somos testemunhas da criminosa devastação econômica, política e social que a intervenção capitalista causa em África, da transferência brutal do resultado dessa pilhagem para os países mais ricos e de como, em contrapartida, milhares de emigrantes, que correm atrás das riquezas de que são espoliados,

morrem nos mares por falta de assistência ou se deparam com muros e barreiras construídos para os deterem. A maior parte dos países mais ricos, para onde tendem a fluir os emigrantes, vem publicando leis cada vez mais restritivas e a questão migratória se tornou tema sensível da política interna os países europeus e da América do Norte, com assustador aumento de episódios de racismo e chauvinismo.

Em países como o Brasil, onde a luta dos indígenas e negros contra a discriminação se estrutura e vai conquistando, a duras penas, espaços estruturais na sociedade, o emigrante, principalmente o proveniente de África ou de países vizinhos da América do Sul, representa, aos olhos da Casa-Grande, a face mais desprotegida da Senzala, o estrato sobre o qual os racistas exercem a mais cruel exploração. Moïse Kabagambe foi assassinado por, sem a cobertura da Lei, ter exigido o mínimo a que tinha direito. Como aconteceu com milhares de outros africanos e indígenas durante os quatro séculos do regime escravocrata. A lógica é sempre essa: um escravizado não exige; limita-se a esperar o que lhe dão.

Sob o manto de um “debate atual sobre políticas de migração”, cujo epicentro está na Europa e América do Norte, se esconde, aqui no Brasil, como em África e como também nesses chamados países desenvolvidos, o vírus incandescente da ideologia colonialista que alimenta o capitalismo.

A luta permanente e implacável contra o racismo e todas as formas de exclusão social é uma condição imprescindível da descolonização efetiva e, portanto, o ponto de partida da construção da Liberdade e Justiça Social.

Germinar: Há caminhos possíveis para a construção do poder popular hoje nos países de capitalismo dependente em África, Ásia e América Latina? Quais são os principais desafios para a luta antirracista dos povos que sofrem com a ação imperialista?

José Luís de Oliveira Cabaço: Esta é uma das questões essenciais do mundo em que vivemos. Eu tenho uma visão pouco exaltante no curto prazo, mas uma grande esperança no longo prazo. Principalmente nos países da periferia como o Brasil, ou da extrema periferia como Moçambique, não me parece que existam condições para o estabelecimento de um poder popular revolucionário num futuro próximo. É certo que a História sempre nos surpreende, mas esta me parece a tendência. As condições subjetivas dos povos estão se desenvolvendo com o agravamento da fome, da miséria e da atmosfera de violência em que vive a maioria. Sucedem-se em muitos países ações reivindicativas que, embora sufocadas, vão acumulando experiências, deixando lições e agravando rancores. O ponto crucial é que não vejo lideranças de esquerda capazes de organizar essa raiva popular e elaborar estratégias convergentes de luta capazes de transformar a raiva social em consciência política. Olhando o caso do meu país, eu penso muitas vezes na tragédia que pode representar uma rebelião espontânea, numa “jacquerie” com grande força destrutiva, mas que não encerre um projeto de recomposição da

sociedade, correndo o risco de tornar o país mais vulnerável e dependente. O Congo, o país com maiores riquezas no continente, é, não por acaso, um importante aviso.

É pacífico afirmar, hoje em dia, que o racismo, como instrumento ideológico e como prática social, foi e continua sendo parte integrante e constitutiva do capitalismo imperialista. Numa época em que o modelo hegemônico de democracia manifesta sintomas de crise e se reacendem sentimentos nacionais, que caracterizaram o Estado-nação, a luta transversal e transnacional contra o racismo e outras formas de segregação surge como uma exigência prioritária e como uma forma contundente de combater os desígnios do império.

Notas

¹ Doutor em Antropologia Social. Professor emérito da Universidade Técnica de Moçambique. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5115219908953233>. E-mail: jlcabaco@hotmail.com.

Recebido em: 08 de set. de 2022

Aprovado em: 11 de set. de 2022